

**Escola de Governo da Fundação João Pinheiro**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO N.29**

**VIDAS PRIVADAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O CASO DOS CENSOS DA  
POPULAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE CONCEITOS E EXCLUSÃO**

Frederico Poley Martins Ferreira  
(EG / FJP)  
Sulamita Crespo Carrilho Machado  
(EG / FJP)

**Belo Horizonte, fevereiro de 2007**

# **Vidas privadas em espaços públicos: O caso dos Censos da população de rua em Belo Horizonte \_ conceitos e exclusão**

Frederico Poley Martins Ferreira (Fundação João Pinheiro)  
Sulamita Crespo Carrilho Machado (Fundação João Pinheiro)

## **RESUMO**

O artigo tem como objetivo discutir o conceito de população de rua, incluindo fatores que podem ser determinantes para a explicação da formação e variação deste grupo social. Também se pretende abordar algumas das principais dificuldades relacionadas à mensuração e à realização de pesquisas censitárias voltadas para esta população, que em última análise não habitam domicílios. Para isto, parte-se das experiências do município de Belo Horizonte, onde foram realizados dois Censos, um em 1998 e outro em 2005. Nestes trabalhos, foram desenvolvidos e aperfeiçoados conceitos e técnicas para a mensuração da população em situação de rua no município, sendo que, nas duas pesquisas, os dados são perfeitamente comparáveis entre si. Serão também apresentados os resultados das pessoas recenseadas por idade e sexo e algumas hipóteses quanto ao comportamento destas variáveis no período analisado.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema população de rua tem despertado atenção, especialmente entre os formuladores e executores de políticas sociais. No Brasil, a bibliografia existente e a própria disponibilidade de dados acerca destas pessoas tem sido bastante restrita. Vários aspectos tanto do ponto de vista conceitual, como no que se refere às técnicas voltadas à mensuração deste grupo populacional, em grande medida, justificam tal carência.

A grande maioria das pesquisas oficiais que, normalmente, partem do domicílio como unidade básica de análise têm consideráveis dificuldades em abordar este tipo de população, que por sua própria natureza não habita, em última análise, um domicílio.

Praticamente quase todos os estudos sobre população de rua formulados no país até o momento, referem-se a trabalhos realizados em capitais como Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. A maioria das pesquisas, patrocinadas pelos governos municipais, é desenvolvida a partir dos órgãos de assistência social que, normalmente, lidam mais diretamente com as demandas desta população. Neste sentido, a maior parte dos resultados destes trabalhos surge a partir da década de 90, estendendo-se até o momento. No entanto, dada a própria diversidade de contextos, definições utilizadas e objetivos a serem atingidos, os dados obtidos nestes estudos, em sua grande maioria, não são comparáveis entre si. Existem barreiras para conclusões mais gerais, quando os dados são analisados em períodos e agregações que não o da data e do município onde as informações foram geradas.

Neste contexto, o município de Belo Horizonte é uma das localidades que tem apresentado uma situação privilegiada, já que desenvolveu e realizou dois censos de população de rua, um em 1998 e outro em 2005, cujas metodologias e questões são completamente comparáveis entre si.

Recentemente, no Brasil, a população em situação de rua tem também merecido maior preocupação por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O governo federal vem tentando convergir esforços, especialmente no que se refere às definições, à oferta de recursos para pesquisas e mesmo à formulação de políticas públicas voltadas para este grupo populacional, numa perspectiva mais compreensiva.

Particularmente, nesse trabalho, propõe-se identificar e analisar alguns aspectos referentes à população de rua, a partir das experiências realizadas e vivenciadas em Belo Horizonte.

Mais do que detalhar os resultados quantitativos das pesquisas, que inclusive ainda foram pouco analisadas, pretende-se, neste primeiro momento, expor determinadas questões

metodológicas, tanto no que se refere ao que é população em situação de rua e seus determinantes, como dificuldades metodológicas e técnicas para a mensuração deste grupo populacional. Também se procurou descrever algumas soluções encontradas para superar os obstáculos encontrados nas pesquisas censitárias.

## **2. ORIGENS DA EXCLUSÃO E A POPULAÇÃO DE RUA**

Excluir significa separar, rejeitar, retirar do convívio. A exclusão, em sentido social, implica em fatores de três ordens: estrutural, conjuntural e individual, conforme o funcionamento global da sociedade (economia, política, valores, etc.), a ambiência local cotidiana (mercado de trabalho, preconceitos, etc.) e a família (carências, fragilidades, etc.), de modo a estabelecer a negação de oportunidades, capacidades e competências, o que pode ser explicado pela identidade de uma sociedade, pelo que aceita e pelo que rejeita.

Define-se exclusão, portanto, como “situação sócio-econômico-política resultante do processo de repartição dos bens e males entre indivíduos de determinado meio social, segundo critérios de gestão coletiva.” Logo, designa um processo de dependência e, no caso, a população de rua, na qual indivíduos apresentam-se em situação de deficiência quanto à personalidade, ao pertencimento, à ocupação, à iniciativa, ao rendimento e à informação, não lhes sendo dado ser, estar, fazer, criar, saber e ter.

Os principais sistemas de exclusão classificam-se segundo a relação com o trabalho, a família, o discurso e a produção lúdica, isto é, conforme estejam os indivíduos apartados da produção econômica, da reprodução sexual, da produção e circulação de símbolos e do prazer.

Há registros históricos de exclusão desde a Antigüidade, nas metrópoles como Nínive, Babilônia, Alexandria, em Roma e na Grécia, quando considerada fenômeno natural, englobando estrangeiros, mulheres, crianças e escravos. Já nos séculos IV e VIII, encontram-se regulamentações de proibição da mendicância, nos governos de Teodósio e de Carlos Magno.

A estrutura da exclusão, contudo, tem origem no período de formação da psiquiatria moderna, pela cisão entre razão e loucura e a criação do Hospital Geral de Paris em 1657 com o objetivo de internação dos pobres, o que é acirrado pelo advento das pestes e agitações sociais na Europa no século XIX, quando o espaço urbano é dividido para pobres e ricos considerado o perigo sanitário e político. O decreto de fundação do Hospital Geral de Paris representaria à época medida administrativa de reorganização das relações da sociedade francesa com os pobres. Entre os séculos XVI e XVII ocorre uma mudança no modo como a

Igreja e o Estado organizam a caridade, reordenando políticas de ordem pública em virtude do aumento de “vagabundos” nas cidades européias. A punição para a mendicância variava da pena de prisão, ao exílio, às galeras e ao gueto.

A transposição do sistema feudal para o capitalista ensejará a seleção dos válidos e dos inválidos para o trabalho. Nos hospitais gerais de toda a Europa, serão acolhidos, então, todos os “vagabundos”, desde mendigos válidos, com tratamento privilegiado, até anciãos miseráveis, crianças, sardentos, epiléticos, portadores de doenças venéreas, eclesiásticos infratores, loucos, enfermos em geral, pessoas a quem a família e as autoridades queriam poupar o castigo público, dentre outras.

Na Idade Contemporânea, a exclusão social traduz-se como fenômeno econômico, revelada como pobreza resultante do desemprego. Neste contexto, surge a expressão exclusão social, cuja origem, na obra *Les exclus*, do francês Lenoir, data de 1974, quando a discussão sobre o problema vem a abarcar a questão do crescimento da pobreza urbana e aspectos correlatos como emprego, segurança, cidadania e justiça, referindo-se aos indivíduos concebidos como resíduos do desenvolvimento.

A população de rua, na atualidade, no Brasil e em outros países, encontra-se no plano de exclusão social, por muitos dos motivos, sendo que, em sua maioria, vivem em condição crônica de falta de moradia convencional e adequada, na pobreza, submetidos, dado o baixo padrão de higiene pessoal e ambiental, a fatores de produção de doenças físicas e mentais e, recursivamente, ao isolamento social, político e social. Esses são os aspectos mais visíveis da condição social deste segmento populacional.

### **3. AFINAL, QUEM SÃO OS MORADORES DE RUA?**

Inicialmente, ao trabalhar com a população de rua, deve-se ter em mente que esta categoria social tem por característica básica a “multidimensionalidade”. A rua abriga uma grande diversidade de moradores que, pelas mais diversas razões, formas, situações ou períodos de tempo acabam não estando abrigados em um domicílio.

Desta forma, os problemas identificados, as políticas públicas e as pesquisas voltadas para este grupo devem também ser, antes de tudo, multifacetadas, ou seja, não devem ser tratadas a partir de apenas uma área do conhecimento, específica, ou de forma setorial, sob o risco de não se alcançar estas pessoas e seus verdadeiros problemas.

Assim, de uma maneira geral, observa-se nas grandes cidades do Brasil e mesmo dos países mais desenvolvidos, uma população “flutuante” que por muitos motivos acabam

pernoitando em logradouros públicos, e que, em muitos sentidos, são considerados moradores em situação de rua. Além disso, em nações mais pobres alguns endereços são tão precários como, por exemplo, as áreas faveladas, as ocupações de áreas próximas a estradas e rodovias e ocupações de áreas de eminente risco, que, em última análise, poderiam rivalizar, sob o ponto de vista da precariedade da moradia, com qualquer logradouro público. Em muitos casos, dado o caráter da fragilidade dessas ocupações, os espaços urbanos e albergues acabam por ser reconhecidos como uma alternativa bem mais atraente do que permanecer residindo em tais localidades. Neste contexto, ir para a rua poderia ser encarado como uma espécie de solução racional que as pessoas adotam para sobreviver e escapar de uma situação pior em suas vidas. (BRIDGMAN, 2002).

Comumente, a moradia e, muitas vezes, o emprego são apontados como os grandes determinantes da flutuação no número de moradores de rua. Mesmo sendo aspectos importantes, não podem ser considerados isoladamente e de forma absoluta. Neste caso, considera-se que, as próprias questões de ter ou não um domicílio ou estar ou não empregado também envolvem várias outras causalidades, muitas vezes específicas ao morador de rua.

Procurou-se listar, de forma não exaustiva, quatro grandes grupos de fatores que podem contribuir para a explicação do “porquê” um indivíduo ou mesmo uma família acabam por se encontrar numa “situação de rua”; seriam eles: violência, drogas, desemprego e problemas de saúde. Estes fatores podem ser encontrados isoladamente ou de forma combinada, por determinados períodos de tempo ou permanentemente.

No primeiro grupo, da violência, estão incluídos os casos, por exemplo, relativos à violência doméstica (em suas várias formas, psicológica, física, preconceitos...) em relação, principalmente, às mulheres, idosos, jovens e crianças de baixa renda que, muitas vezes, têm dificuldades em estarem inseridos no mercado de trabalho e que preferem sair de casa, mesmo não possuindo condições de sustentar um novo domicílio. Normalmente, nestes casos, os rompimentos familiares são fortes o suficiente para que alguns indivíduos fiquem longos períodos fora de seu domicílio original ou mesmo nunca retornem.

No segundo grupo, relativo às drogas, muitos dependentes químicos e/ou dependentes do álcool encontram nos logradouros públicos as formas e a liberdade necessárias para manter o vício. Muitas vezes, traficando, praticando pequenos furtos, não tendo que se adequar às regras de convivência familiar, em domicílios ou mesmo em abrigos. Em muitas situações, a droga é o principal determinante da desagregação familiar, podendo gerar também mais violência.

O terceiro grupo é o do desemprego. Existe a situação daqueles que não conseguem gerar renda suficiente para atender às suas necessidades básicas de moradia. Isto pode ocorrer por vários motivos, entre eles, a falta de postos de trabalho e a falta de qualificação. É comum encontrar trabalhadores, principalmente migrantes, que, vindos de outras localidades, acabam por pernoitar em abrigos e logradouros públicos, às vezes, por curtos intervalos de tempo, até encontrar trabalho ou mudar novamente de cidade. Muitos preferem não voltar para suas casas até encontrar trabalho<sup>1</sup>. Outros, por não gerarem renda suficiente para sua locomoção dentro da própria cidade, preferem pernoitar próximo ao local de sua ocupação, mesmo possuindo domicílio. Porém, também existem aqueles egressos de instituições como ex-detentos, indivíduos provenientes de orfanatos, instituições de correção para menores, hospitais psiquiátricos, que encontram enormes dificuldades no processo de integração social, especialmente, no que se refere à conquista de um posto de trabalho e à geração de renda. Em muitos casos, estas pessoas acabam tendo como única alternativa, ocupações de baixa remuneração, sendo a vida nas “ruas” uma de suas saídas mais viáveis.

Por fim, o quarto grupo é o referente à saúde. Neste grupo, inclui-se uma gama considerável de doenças e deficiências que acabam por ser determinantes para a permanência das pessoas nas ruas. Sem dúvida, o maior número de indivíduos com problemas de saúde nas ruas são aqueles que apresentam algum tipo de sofrimento mental. Muitos são egressos de clínicas e hospitais públicos de tratamento psiquiátrico, ou de famílias que não possuem estrutura física e financeira para cuidar e manter um parente com sofrimento mental. Também existem os casos onde, simplesmente, o indivíduo não consegue permanecer em seu domicílio de origem. Também são observados casos nos quais o morador de rua possui algum tipo de deficiência que pode ser tanto física como mental. Famílias muito pobres possuem grandes dificuldades em manter pessoas com deficiências que necessitem de equipamentos ou tratamentos específicos e dispendiosos. Isto acaba levando muitas pessoas que apresentam estes problemas a ter que procurar soluções no sistema público de saúde ou a ter que se manter por conta própria. As instituições públicas e a “rua” acabam sendo o destino de muitos. Por outro lado, existe um grupo de deficiências e doenças que, normalmente, não são socialmente aceitas, inclusive, sob o ponto de vista das famílias. Neste caso, estão incluídas as deficiências físicas e mentais além de doenças como, por exemplo, a AIDS e a hanseníase.

---

<sup>1</sup> É interessante notar entre os migrantes a idéia da saída de casa e ser “bem sucedido” em sua empreitada. Muitas vezes, mesmo não havendo rompimento familiar, o indivíduo prefere não voltar a ter que assumir uma posição de fracasso perante seus familiares.

Estes quatro grupos de fatores não abrangem todas as situações possivelmente encontradas e também não podem ser encarados como determinantes absolutos “per si”. Em muitos casos, os problemas estão combinados, sendo difícil definir claramente uma relação direta de causalidade entre os vários aspectos que, em última análise, acabam por determinar a ida dos indivíduos para as ruas. Neste sentido, não se deve perder a visão de processo que pode ser percebida na própria história de vida de cada uma destas pessoas.

#### **4. DEFINIÇÕES DE POPULAÇÃO DE RUA**

Como já exposto não existe um conceito simples e definitiva do que seja população em situação de rua. De uma maneira geral, as Nações Unidas utilizam duas definições que se aproximam e que, em grande medida, poderiam ser utilizados para caracterizar a população em situação de rua no Brasil.

O primeiro seria o de “desabrigados” (Shelterless) que são os indivíduos vivendo nas ruas por falta de um espaço físico para residir. Neste caso, relacionado às impossibilidades de obter um domicílio devido, à tragédias naturais, guerras, desemprego em massa, falta de renda... O segundo conceito que seria mais próximo das características da população de rua (Homeless) é:

“Those household without a shelter that would fall within the scope of living quarters. They carry their few possessions with them, sleeping in the streets, in doorways or on pier, or in any other space, on a more or less random basis”  
(UNITED NATIONS, 1998)

Estas definições dificultam as conclusões de uma discussão dos limites entre os que são efetivamente moradores em situação de rua e os que são moradores de baixa renda com enormes carências habitacionais. Especialmente, em países com um grande número de pessoas residindo em moradias precárias.

Outro fato, que também chama a atenção, é o de que este tipo de população, não apresenta aspectos homogêneos ou “normalmente”<sup>2</sup> distribuídos (GLADWELL, 2006). Pelo contrário, uma característica própria dessas pessoas ou grupo de pessoas é a própria diversidade, sob as várias óticas sociais que se queira analisar. Na rua, como já observado,

---

<sup>2</sup> Aqui a idéia de “normalidade” pode ser entendida sob o ponto de vista estatístico, de uma população cujas determinadas características apresentam uma “distribuição normal”.

pode-se encontrar pessoas de várias origens sociais, com diferentes trajetórias, com diferentes períodos na rua, com doenças e deficiências distintas, grupos familiares, pessoas sozinhas, grupos de amigos, moradores e frequentadores de programas sociais, etc... o que por um lado não impede a organização de grupos de análise, mas por outro, dificulta em grande medida, as generalizações a cerca desta população. Dado o caráter de fluidez e diversidade que caracteriza essas pessoas, as complicações analíticas para sua contagem multiplicam-se.

Especificamente, para a definição usada no caso do 2º Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte, realizado em 2005 e patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, foram realizados vários debates. O objetivo foi estabelecer um conceito que atendesse às diferentes demandas e necessidades, tanto do ponto de vista da operacionalização de pesquisas e censos, como para a formulação e implementação de políticas públicas nos diferentes contextos nacionais. Neste caso, o próprio Ministério procurou envolver entidades assistenciais voltados para os moradores de rua de diferentes partes do país, representantes de várias prefeituras, representantes dos movimentos sociais e dos próprios moradores de rua e técnicos do MDS.

Desta maneira, foi possível a construção coletiva de uma definição que foi acatada por todos os parceiros. Neste caso o conceito proposto foi:

“Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.”

A partir da definição proposta, o segundo ponto foi operacionalizá-lo sob o ponto de vista da realização da pesquisa censitária, especialmente no que se refere à identificação destas pessoas na cidade. Paralelamente, também houve a preocupação em se manter certos aspectos utilizados quando da realização do 1º Censo de População em Situação de Rua feito em 1998, permitindo assim, a comparabilidade dos dados entre as duas pesquisas.

As características mantidas para a identificação dos moradores de rua nos dois censos foram as seguintes: Pessoas de baixa renda, em idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, baixios de viaduto, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos e assistenciais. As crianças e os adolescentes seriam contabilizados, desde que em companhia das respectivas famílias (pelo menos um adulto).

É importante observar que a não referencia de um domicílio também foi considerado como sendo uma característica fundamental. Neste caso, o indivíduo para ser considerado morador de rua não poderia pernoitar em nenhum domicílio, seja regularmente ou de tempos em tempos, independentemente, se o domicílio fosse de algum familiar, amigo, namorada(o) ou de outras pessoas.

## 5. DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DOS CENSOS

Procurou-se identificar e avaliar alguns problemas e a forma como cada caso foi tratado nas pesquisas realizadas em Belo Horizonte. Entre os aspectos mais marcantes dos trabalhos de campo foi a partir das características pré-estabelecidas para a população em situação de rua, conseguir encontra-los e aplicar, nos dois censos realizados, um questionário com mais de trinta questões.

Inicialmente, para facilitar a identificação dos moradores de rua, as pesquisas foram sempre realizadas no período noturno, quando as pessoas estavam se recolhendo. Foram estabelecidos para os entrevistadores roteiros de percursos pré-definidos na cidade. Estes roteiros foram feitos a partir de informações de concentração de moradores, fornecidas pela área de assistência social da prefeitura, entidades que trabalham com esta população e informações dos próprios moradores.

A seguir são identificados alguns problemas considerados mais relevantes nas pesquisas:

**a) A falta de um endereço fixo.** Essa provavelmente é a característica mais marcante desta população. Nos censos as pessoas são enumeradas a partir de seu local de residência. Normalmente, o endereço oferece estabilidade e um ponto de referência para as pesquisas censitárias. Desta maneira, por definição, a população em situação de rua não possui um endereço (pelo menos permanente), tornando-se um grande desafio a ser superado.

Antes da aplicação dos questionários, foi fundamental o mapeamento das áreas de concentração de moradores. É interessante observar que, na maioria das vezes, o cidadão em situação de rua acaba, por vários motivos, permanecendo por curtos espaços de tempo em diferentes partes da cidade. De uma maneira geral, estas pessoas tendem a estar próximas aos locais, onde podem obter alimentação, disponibilidade de produtos para vender como (papéis, jornais, garrafas pet, etc.), locais com concentração de bares e restaurantes, ou de maior fluxo de pessoas, que indiretamente oferecem mais segurança e locais de mais alta renda, que disponibilizam doações e esmolas. Estas localidades acabam por coincidir com as

características das áreas mais centrais da cidade, ou mesmo dos maiores centros comerciais dispersos pelos bairros. Esses aspectos facilitaram a delimitação de áreas. Em muitos casos, grupos de moradores acabam por indicar a existência de outros locais de concentração.

**b) Pessoas que possuem endereço, porém permanecem a maior parte de seu tempo nos logradouros públicos:** Muitos são os que pernoitam em logradouros públicos, mas que possuem endereço fixo. Esse aspecto é determinado pelos mais variados motivos entre eles: a falta de recursos para o transporte coletivo, a pernoite próxima aos carrinhos que coletam materiais para revenda, a pernoite próxima ao galpões de triagem de materiais, a embriaguez, pessoas com problemas mentais... A solução nas pesquisas para esse tipo de problema, foi logo ao iniciar a entrevista perguntar se o morador possuía residência, após essa primeira abordagem havia a pergunta se ele pernoitava em algum outro local, onde e qual o endereço. Essa questão assumiu um caráter fundamental, na medida em que se podia detectar outros endereços de concentração de população em situação de rua e confirmava se o entrevistado realmente não possuía outro domicílio.

**c) Diversidade de grupos e suas distintas localizações;** Como já observado, a população de rua apresenta uma grande diversidade de pessoas. Essa diversidade tende a estar refletida nos locais onde normalmente são encontrados, tanto no que se refere aos logradouros, como às instituições. Dessa maneira, também é necessário mapear as organizações filantrópicas abrigos públicos e assistenciais e outros tipos prováveis de instituições freqüentadas por essas pessoas.

Neste caso, entre as várias características observadas é possível encontrar os que vivem da mendicância nas vias de maior movimento e aqueles que realizam atividades ilícitas como, venda e transporte de drogas, que tendem a estar localizados em espaços mais violentos e menos vigiados. Por outro lado, é possível encontrar uma maior freqüência de famílias (especialmente as compostas por um adulto com um menor de dezoito anos) em locais mais reservados, como, por exemplo, nos baixios de viadutos que são mais sólidos e, portanto oferecerem maior segurança contra as intempéries.

Por sua vez, várias instituições oferecem os mais diversificados tipos de serviços<sup>3</sup> para a população em situação de rua, inclusive o de albergamento. Aqui estariam incluídos,

---

<sup>3</sup> Paralelamente, ao 1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte em 1998 foi realizada uma pesquisa, com preenchimento de questionários, junto as instituições que ofertavam os mais variados serviços para este tipo de população.

entidades que fornecem refeições, cobertores, serviços de higiene, cuidados médicos, hospitais de pronto-socorro, psiquiátricos, albergues públicos e privados.

**d) Tempo nas instituições e albergues;** Um outro problema detectado foi a necessidade de diferenciar aqueles que efetivamente moram nas instituições, daqueles que estão temporariamente abrigados. Muitos albergues recebem população em situação de rua, por prazos determinados. Porém outros, além de permitirem o reingresso em certos períodos abrigam pessoas por tempo indeterminado. É, por exemplo, o caso, de alguns grupos que apresentam deficiências permanentes e que impossibilitam, em parte ou completamente, uma vida independente. Em outras situações, é possível encontrar casos em que a própria pessoa opta por não sair da instituição. Metodologicamente, a solução encontrada foi estabelecer uma linha de corte de 3 anos, para o indivíduo ser considerado como morador de rua ou não. Assim, aquelas pessoas que residiam a mais de três anos ininterruptos numa mesma instituição, “não” foram consideradas como pessoas em situação de rua.

**e) Necessidade de diferenciar os moradores efetivos (ocupações consolidadas) de construções abandonadas, daqueles temporários (ocupações não consolidadas);** Tradicionalmente, terrenos baldios, casas e construções abandonadas têm servido para abrigar moradores de rua. No entanto, dadas as enormes carências em relação às habitações no Brasil, muitas famílias que não se enquadram na definição de população de rua, acabam por ocupar esses imóveis. Diferenciar quem efetivamente é morador em situação de rua passa a ser um aspecto fundamental.

Desta maneira, procurou-se diferenciar as ocupações consolidadas daquelas não consolidadas. As consolidadas seriam as que abrigassem as mesmas pessoas/famílias por um maior período de tempo. Estabeleceram-se como critérios para determinar o grau de consolidação da ocupação os seguintes fatores: A relação do grupo com o entorno, a presença de serviços públicos (fornecimento de água encanada, energia elétrica, coleta de esgoto, etc.), crianças matriculadas em escolas e creches das proximidades e outras características similares.

Deve-se destacar que mesmo se tratando de ocupações com um grau considerável de consolidação, existe certa, rotatividade de seus ocupantes e uma instabilidade relacionada à ilegalidade da situação. Um outro critério que poderia ser utilizado diz respeito à existência de algum nível de organização, no sentido de garantir sua permanência no local. As não

consolidadas seriam aquelas que possuíssem uma grande rotatividade de pessoas e que não apresentassem as características observadas nas ocupações consolidadas.<sup>4</sup>

**f) Pessoas que circulam pelo município a maior parte do dia, mas que são abrigados ou freqüentam instituições em outros municípios;** Estando em uma Região Metropolitana várias instituições de apoio acabam por estar localizadas em outros municípios que não o da capital propriamente dita. Muitas pessoas que circulam durante a maior parte do dia nas áreas mais centrais acabam pernoitando ou utilizando serviços em outros municípios, sendo que, o contrário também pode ocorrer, pessoas que utilizam os serviços da sede metropolitana à noite e deslocam-se para os outros municípios durante o dia.

**g) Época do ano em que a pesquisa é realizada;** A época do ano em que a pesquisa é realizada pode representar mudanças significativas nos resultados. Assim, períodos de festas, normalmente, tendem a atrair grandes quantidades de moradores de rua. As festas acabam transformando-se em uma grande oportunidade de trabalho, através da cata de material reciclável (latas, papel, etc...), pequenos serviços temporários ou mesmo uma boa fonte de gorjetas e esmolas.

Por outro lado, períodos do ano de muita chuva ou de muito frio, tendem a reduzir o número de pessoas circulando e pernoitando nas ruas e nos logradouros mais desprotegidos.

## **6. ALGUNS RESULTADOS**

A seguir são apresentados alguns dados obtidos a partir dos Censos realizados em Belo Horizonte.

Basicamente, a população de rua recenseada é adulta e do sexo masculino. Em 1998 o município contava com um total de 1.120 pessoas morando nas ruas entre homens, mulheres e crianças em 2005 este número alcança 1.239 pessoas. Houve um crescimento populacional de aproximadamente, 1,45% ao ano, no período (vide Tabela 1).

---

<sup>4</sup> Nessa classificação os técnicos da Prefeitura que monitoram as famílias e moradores de rua tiveram um papel fundamental, no sentido de indicar quais prédios apresentavam ocupações consolidadas ou não.

**Tabela 1 - População em situação de rua  
Belo Horizonte 1998 – 2005\***

	<b>1998</b>	<b>(%) Total 98</b>	<b>2005</b>	<b>(%) Total 05</b>	<b>TaxaCresc (a.a) 98/05</b>
Masculino	714	63,75	991	79,66	4,79
Feminino	202	18,03	166	13,40	-2,76
Menores 18 anos	204	18,21	75	6,05	-13,32
Sem Informação**	-	-	11	0,89	-
<b>Total</b>	<b>1.120</b>	<b>100,00</b>	<b>1.239</b>	<b>100,00</b>	<b>1,45</b>

\* Dados preliminares

\*\* Em 2005 houve casos de moradores que não se dispuseram a realizar as entrevistas e estavam enrolados em cobertores impedindo a identificação do sexo.

Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

As mulheres e as crianças têm participação bem menor que a dos homens. Isto em grande medida é justificado pela violência e a necessidade por parte destes grupos de estar localizados de forma mais estável. Normalmente, uma das principais características dos logradouros públicos é a violência física, tanto por parte dos próprios moradores como por parte de terceiros. Neste sentido, as mulheres e as crianças são os segmentos mais vulneráveis da população em situação de rua. Especialmente, as crianças acabam por estar expostas a níveis bastante elevados de violência, ruptura familiar e contatos com o álcool e outros tipos de drogas.

**Tabela 2 - Distribuição da População em situação de rua por grupos de idade  
Belo Horizonte 1998 –2005\***

<b>Grupo Etário/anos</b>	<b>1998</b>	<b>(% 1998)</b>	<b>2005</b>	<b>(% 2005)</b>
Até 01 ano	31	2,77	6	0,48
1 a 5 anos	69	6,16	20	1,61
6 a 9 anos	45	4,02	18	1,45
10 a 13 anos	32	2,86	13	1,05
14 a 17 anos	26	2,32	16	1,29
Sem informação	1	0,09	2	0,16
<b>Subtotal (menores)</b>	<b>204</b>	<b>18,21</b>	<b>75</b>	<b>6,05</b>
18 a 24 anos	180	16,07	130	10,49
25 a 30 anos	171	15,27	154	12,43
31 a 35 anos	133	11,88	147	11,86
36 a 40 anos	137	12,23	133	10,73
41 a 45 anos	96	8,57	125	10,09
46 a 50 anos	49	4,38	117	9,44
51 a 60 anos	67	5,98	111	8,96
61 a 70 anos	17	1,52	42	3,39
71 ou mais anos	1	0,09	10	0,81
Sem informação	65	5,80	195	15,74
Subtotal (adultos)	916	81,79	1164	93,95
<b>Total</b>	<b>1.120</b>	<b>100,00</b>	<b>1.239</b>	<b>100,00</b>

\*Dados preliminares

Fonte:Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

Quando são analisados, comparativamente, os resultados das duas pesquisas, chama a atenção o ritmo de crescimento do número de adultos homens em situação de rua que, no período, atinge a taxa média de 5,2% ao ano. Por outro lado, ocorreu uma substancial redução em termos tanto relativos como absolutos no número de mulheres e paralelamente no número de menores de 18 anos acompanhados por um adulto, respectivamente menos 5,59% ao ano e menos 13,32% ao ano.

Estes fatos, em grande medida, são explicados pela própria ação do poder público municipal, que no período, teve uma intensa atuação no sentido de retirar e encaminhar para programas de habitação uma série de moradores que tinham como espaço de habitação os baixios de viadutos. Normalmente, uma das características das pessoas que ocupavam estas áreas, dado os aspectos de maior proteção contra as intempéries e maiores possibilidades de fixação nas construções, era exatamente a de abrigar famílias (adultos com crianças), sendo que, comumente, as mulheres são as que, na maioria dos casos, acompanham as crianças. Na medida em que os baixios dos viadutos são desocupados, mulheres e crianças foram sendo encaminhadas para outros locais, mudando consideravelmente o perfil dos moradores de rua que passa a ser mais predominantemente adulto e masculino.

Tem-se observado que, as “famílias com crianças” também tendem, com maior frequência, a habitar os logradouros/edifícios caracterizados como sendo de ocupação com características consolidadas ou não.

Por outro lado, os motivos que levaram a um substancial aumento no número de homens adultos em situação de rua ainda são pouco claros. O fato é que, as políticas públicas municipais, pelo menos no momento, deverão ter um foco mais direcionado a esta categoria de cidadãos.

Quando é analisada a distribuição da população da situação de rua por idade (vide Tabela 2), além de se constatar uma grande redução da população menor de 18 anos, dados os aspectos citados acima, nota-se um considerável aumento nas proporções das populações em idades mais velhas. Relativamente, houve uma redução da participação dos grupos de até 30 anos. Em 2005 todos os grupos de idade acima dos 40 anos apresentaram aumento relativo vis a vis o mesmo grupo em 1998.

A hipótese mais plausível para a distribuição por idade dos moradores de rua é que, assim como a população residente em Belo Horizonte, que de uma maneira geral, tem passado por um processo de intenso envelhecimento (FERREIRA, 2001), os moradores em situação de rua também têm acompanhado essa característica. Se até alguns anos atrás as crianças de rua eram um importante foco das políticas públicas, a tendência é que cada vez mais serão

encontrados os “idosos” de rua. Tendo novas necessidades e, muito provavelmente, demandando políticas sociais específicas.

É um importante desafio melhor entender as causalidades e determinantes que levam os idosos para a rua. Investigando, entre vários outros aspectos: As condicionantes econômicas relativas à obtenção de renda. As Questões quanto à previdência, a seguridade social e o mercado de trabalho. As Questões relacionadas à saúde, questões familiares relacionadas ao ciclo de vida familiar e custos para as famílias manterem os idosos. Além do desenvolvimento do debate sobre a própria inserção do idoso na sociedade e sua sobrevivência nas ruas.

## **7. CONCLUSÕES**

Sem dúvida o tema população de rua é bastante instigante e complexo. Muitas informações ainda devem ser melhor analisadas e, os métodos de pesquisa, aperfeiçoados. Dadas as próprias dificuldades em mensurar este grupo, o Brasil ainda não possui, como um todo, informações bem fundamentadas de sua população em situação de rua. Além de alguns centros urbanos, não se tem muito conhecimento de qual tem sido o comportamento desta população em municípios de pequeno porte ou da população flutuante, que perambula pelas estradas, ou mesmo nas zonas rurais e nem se existem grandes diferenças entre os grupos de moradores de rua sob uma perspectiva inter-regional.

Nos últimos tempos, tem sido realizado um considerável esforço de forma a unificar deficições e traçar estratégias, inclusive de políticas públicas, voltadas para esta população. Neste processo, vale destacar o papel dos movimentos sociais organizados no sentido de garantir os direitos de cidadania a estas pessoas.

Nessa perspectiva as formas de gestão da exclusão devem conduzir à sua minimização, através do desenvolvimento sustentado, da cultura de trabalho e educação e observância de deveres e direitos, realizáveis nas políticas de sociabilidade. A tutela especial que se exige no caso da população em situação de rua, justifica-se por motivos econômicos, políticos, jurídicos e morais, visto que o estado de improdutividade reforça as barreiras sociais na tentativa de inserção, assim como a falta de qualificação, e auto-suficiência é um imperativo; o afastamento do processo político inviabiliza a divisão de responsabilidades na esfera social; a hipossuficiência reconhecida é, muitas vezes, o ponto de partida para a garantia de sobrevivência destas pessoas.

Para que as ações sociais tanto do setor público como do setor não governamental sejam mais eficientes é cada vez mais necessário um volume maior e mais fidedigno de informações. Considerando-se o fato de que o morador de rua apresenta múltiplas necessidades, as políticas voltadas para esta população, normalmente, são bastante dispendiosas e de longa duração. O dimensionamento das ações, como, por exemplo, a construção de abrigos e albergues, vagas de internação hospitalar, passa a ser uma estratégia básica para o melhor direcionamento dos recursos disponíveis.

Por outro lado, vale observar que a questão do morador de rua deve também ser vista sob uma ótica de processo, onde a pesquisa censitária nem sempre é o melhor instrumento de coleta e análise das informações.

Finalmente, entre outros aspectos que futuramente também precisam ser mais bem compreendidos estão os conceitos de “família” na rua e o de “redes” de companheirismo e apoio que se formam nas ruas e permitem, em grande medida, a sobrevivência desta população num ambiente de crescente violência.

## 8. REFERÊNCIAS

- AMARO, Rogério Roque. A exclusão social hoje. *Cadernos do ISTA*, n. 9.
- BRIDGMAN, R. *Safe haven: the story of a shelter for homeless women*. Toronto: University of Toronto Press, 2002.
- BURT, Martha, R. *Homeless families, singles and others: Findings from the 1996 National Survey of Homeless Assistance Providers and Clients*. Fannie Mae Foundation, Housing Policy D.
- CARDOSO, Wilson Benes de Oliveira, VALADARES, Jorge de Campos. O ritmo das transformações, a exclusão, a legislação urbana e a condição humana na cidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7(2): 313-323, 2002.
- COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos e Contextos*, n. 4, dez. 2005.
- ebate. v. 12, Issue 4, Washington DC, 2001.
- CUNNINGHAM, Mary K., POPKIN, Susan J. and BURT, Martha, R. *Public Housing Transformation and the 'Hard to House'*. Metropolitan Housing and Communities Center, Brief No 9, June Washington DC. 2005, 8 p.
- ECKHOLM, Erik New Campaign Shows Progress for Homeless. *The New York Times*, New York, June 07, 2006.
- FERREIRA, Frederico Poley. *Estrutura domiciliar e localização: um estudo dos domicílios com idosos em Belo Horizonte*. 2001, 137p (Doutorado em Demografia) - UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2001.
- FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin (coord.). *Direitos de pessoa portadora de deficiência*. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- FISCHER, Izana Rufino, MARQUES, Fernanda. *Gênero e exclusão social*. Fundação Joaquim Nabuco, n. 113/2001, agosto 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>

- FREITAS, Fernando F.P.de. A história da psiquiatria não contada por Foucault. *História, Ciências e Saúde*. Manguinhos, v. 11(1): 75-91, jan.-abr. 2004.
- GLADWELL, Malcom. Million-dollar Murray - why problems like homelessness may be easier to solve than to manage. *The New Yorker*, Fact Dept. of Social Services, NY, 2006.
- LOUISI, Giovanni Marcos. Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2000. XIV, 167p. Disponível em: <[http://portaldeseres/cict.fiocruz.br/trsnf.php?script=thes\\_chap&id=00001602&ing=pt&nrm=is](http://portaldeseres/cict.fiocruz.br/trsnf.php?script=thes_chap&id=00001602&ing=pt&nrm=is)>.
- PINHEIRO, Armando Castelar. *Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Planejamento. *Relatório do 1.º Censo de População de Rua de Belo Horizonte*: Belo Horizonte, ago. 1998. 72p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal Adjunta de Assistência social. *Relatório Preliminar do 2.º Censo de População de Rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, jan, 2006.
- SCHOR, Silvia Maria; ARTES, Rinaldo. Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 5, n.4, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. *Seminário Estudos territoriais de desigualdades sociais*, 16-17/05/01, PUC-SP.
- UNITED NATIONS, Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Sales No. E.98.XVII.8 United Nations 1998.30 p